

MAPEAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA DE MONTES CLAROS/MG

Marcos Esdras Leite¹
Jorge Luis Silva Brito²

Resumo: A dinâmica de urbanização por expansão de periferias, na cidade de Montes Claros, produziu um ambiente urbano segregado, com graves consequências para a qualidade de vida dos seus habitantes, dando-se a partir da ocupação de espaços impróprios para habitação. A ocupação destes espaços ocorreu, principalmente, a partir da habitação precária e em regiões carentes de serviços urbanos. Nesse contexto, o presente trabalho objetivou mapear a desigualdade sócio-espacial urbana da cidade de Montes Claros/MG, no ano de 2000, através do Sistema de Informação Geográfica. Como resultado, obtivemos mapas temáticos, que retrataram a realidade socioeconômica da área de estudo, permitindo uma análise breve da condição social da população da cidade por regiões de semelhança econômica, aqui, denominadas de regiões de planejamento.

Palavras-Chave: Desigualdade; cidade; mapa; Montes Claros e sistema de informação geográfica.

MAPPING SOCIOECONOMIC INEQUALITY IN MONTES CLAROS (MG)

Abstract: The dynamics of urbanization based on the expansion of suburbs and occupancy of areas that are unsuitable for dwelling in the city of Montes Claros (state of Minas Gerais) produced a segregated urban environment, with serious consequences for its inhabitants' quality of life. This occupancy was made mainly by the construction of precarious housings in areas that lack urban services. This study aimed to map urban socio-spatial inequality in Montes Claros in the year 2000, using a Geographic Information System. As a result, we obtained thematic maps which portray the socio-economic reality of the studied area, supporting a brief analysis of the social conditions of the town's population according to regions of economic similarity, here called "planning regions".

Keywords: inequality; city; map; Montes Claros; Geographic Information System.

¹ Doutor em Geografia/UFU. Bolsista da FAPEMIG. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros. marcosesdras@ig.com.br.

² Doutor em Geografia/USP. Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. jbrito@ufu.br. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 9(2): 21-33, jul./dez., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

As cidades, na maioria das vezes, apresentam características especiais referentes à desigualdade sócio-espacial, haja vista que a urbanização é um fenômeno crescente e excludente em escala planetária. É essa concentração de pessoas nas cidades é cada vez maior, sendo que na proporção em que a dimensão desses centros vai aumentando, a desigualdade sócio-espacial se torna mais intensa, provocando uma série de problemas congêneres que resultará na queda da qualidade de vida da população das cidades.

A grande concentração de pessoas que vivem nas cidades fez com que os estudos sobre cidades se desenvolvessem bastante no Brasil. Porém, esses estudos têm como objeto principal as grandes cidades. Essa situação aumenta a necessidade de ampliar os estudos sobre as cidades médias.

O crescimento demográfico acelerado nas cidades desencadeia problemas de ordem social, econômica e ambiental que contribuem para a perda da qualidade de vida da população e a instalação de uma “crise urbana”, típica das cidades grandes. Portanto, se faz necessário o estudo das cidades de porte médio com o objetivo de propor mecanismos que possam ajudar na elaboração de um planejamento urbano adequado que contribua para a qualidade de vida na cidade.

Diante dessa dificuldade de se estudar as cidades, principalmente as cidades médias, as técnicas de geoprocessamento se apresentam com contribuição para mapear e compreender os problemas urbanos. Dentre essas técnicas o Sistema de Informação Geográfica (SIG) se destaca, haja vista que pode espacializar dados alfanumérico de diversas fontes, permitindo a tomada de decisões.

Dentro da metodologia deste trabalho o SIG foi imprescindível, haja vista que permitiu construir o banco de dados ligado a base cartográfica digital. O software de SIG utilizado neste trabalho foi Arc View GIS 3.2, no qual foram inseridos dados do IBGE de 2000 e a base cartográfica de Montes Claros foi exportada do software Auto Cad Map 2000, onde foi elaborada com auxílio da imagem do satélite Ikonos II, cedida pela Prefeitura Municipal de Montes Claros.

No caso dos dados do IBGE, os mesmo foram redistribuídos em regiões de planejamento. Essa regionalização é uma divisão do espaço intra-urbano de Montes Claros em 26 áreas, baseado em bairros integrados a um bairro polarizador. Os critérios usados para essa divisão foram: senso comum, semelhança econômica, dependência de serviço de um bairro a outro. Essa regionalização foi elaborada por Leite (2006), como parte da dissertação de mestrado.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE MONTES CLAROS

A cidade de Montes Claros é centro econômico mais dinâmico do Norte de Minas, conforme mostra os dados do IBGE (2000). A área ocupada é 97 km², onde vive uma população em torno de 289.183 habitantes, esse total corresponde a 94,22% da população total do município, os demais 5,78% estão distribuídos na área rural (IBGE/2000). Apresenta uma elevada população relativa, 2.979,44 hab./km². Entretanto, essa população não está distribuída de forma regular na área

urbana, pois há uma concentração maior nos bairros mais periféricos das zonas norte, sul e leste (LEITE, 2003).

A localização geográfica da cidade de Montes Claros, conforme a figura 1, a coloca entre os principais entroncamentos rodoviários do país, com duas rodovias federais e três rodovias estaduais cortando o perímetro urbano, são elas: a BR 135 que liga Montes Claros a Belo Horizonte, a BR 365 que liga a Uberlândia, a MG 251 que liga a rodovia Rio-Bahia (BR 116), a MG 308 que liga Montes Claros a Juramento e a MG-135 que liga Montes Claros ao Estado da Bahia.



Figura 01 – Localização do município de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.

A infraestrutura em serviços como saúde e educação demonstra a importância que a cidade de Montes Claros exerce na rede urbana do Norte de Minas. A cidade é dotada de uma infraestrutura urbana com aproximadamente 90% de saneamento básico e energia elétrica, além de 95% de coleta de lixo. A rede de infraestrutura de saúde é composta por quinze centros de saúde, três policlínicas, além de sete hospitais.

O sistema educacional é formado por várias escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio, além de duas universidades públicas, a Universidade Estadual de Montes Claros e o Núcleo de Ciências Agrária da Universidade Federal de Minas Gerais. Existem oito faculdades particulares, sendo essas: Funorte, Pitágoras, Santo Agostinho, Faculdades Ibituruna, Facit, Unipac, Unopar e Facomp. Com essa infraestrutura, Montes Claros representa o mais importante centro educacional do norte e noroeste de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do sul da Bahia.

MONTES CLAROS: A CIDADE DO CONTRASTE

A diferença socioespacial de uma cidade, de maneira geral, é visível, mas, em Montes Claros, o contraste social é regionalizado, o que torna a fragmentação do espaço urbano mais excludente e, ao mesmo tempo, mais visível, haja vista que,

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(2): 21-33, jul./dez., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

existem áreas, na cidade, destinadas a abrigar determinada classe social. Isso pode ser facilmente constatado através da exposição de alguns índices e indicadores sociais.

A cidade de Montes Claros ocupava, em 1970, o 69º lugar, com um nível de pobreza de 74,79%. Na década de 1980, esse índice caiu para 43,26%, o que, colocou a cidade no 72º lugar. Já em 1991, a cidade apresentou um índice de pobreza de 55,45% e passou a ocupar o 75º lugar. De acordo com esses dados, verificou-se pequenos avanços em termos de posição relativa no *ranking* de pobreza, no período de 20 anos.

Outro estudo realizado, em 2001, pela Fundação João Pinheiro concluiu que, entre as cidades mineiras com mais de 100.000 habitantes, Montes Claros é a que possuía um número mais expressivo de pobres em sua população, em torno de 33,17%. A variável representativa do nível de pobreza, nesse caso, foi dada, somente, pelo percentual de pobres de cada um dos municípios mineiros, oscilando numa proporção de 3% a 33,17% do total da população (FJP, 2001).

Segundo Ronchman e Amorim (2002, p.132), Montes Claros possui um índice de pobreza de 0,534 e um índice de exclusão da ordem de 0,37%. O índice de exclusão social varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, piores são as condições de vida da população, ou seja, maior é a exclusão existente no município.

O censo demográfico do IBGE (2000) mostrou que a intensidade da pobreza, em Montes Claros, é de 42,06%, índice menor que o apresentado em 1991 (45,76%). Quanto à indigência, houve um significativo crescimento no índice que, em 1991, era de 35,01% e, em 2000, passa a ser de 42,68%. Quando se analisa a distribuição de renda, verifica-se que os 20% mais ricos da população se apropriam de 66,02% da renda em Montes Claros (IPEA, 2002).

Os indicadores de qualidade de vida, também, acompanham a diferenciação sócio-espacial de renda e de valor do solo urbano. Segundo dados do IBGE (2002), o índice de condições de vida – ICV –, em Montes Claros, é mais elevado nas áreas ocupadas por uma população de maior poder aquisitivo, como é o caso dos bairros: Cidade Santa Maria (0,81), Todos os Santos (0,68) São Luís (0,73), Jardim Panorama (0,70), São José (0,65) e centro (0,68 a 0,72). Os bairros Cidade Industrial (0,27), Vila Castelo Branco (0,14), Vila Mauricéia (0,31), Vila Atlântida (0,27), Vera Cruz (0,37), entre outros, são exemplos de áreas onde as condições de vida são piores.

MAPEAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Para mostrar a desigualdade socioespacial intra-urbana de Montes Claros, utilizaremos a espacialização por regiões de planejamento dos seguintes indicadores socioeconômicos: acesso a serviços de saneamento básico (água, esgoto e coleta de lixo), nível de escolaridade (média de anos de estudo) e renda per capita, além da classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para definir miseráveis e pobres.

A distribuição da infraestrutura sofre interferência de fatores políticos e especulativos que acabam por prejudicar as áreas mais necessitadas, ou mesmo, mais adensadas, beneficiando áreas onde há interesses econômicos, como locais próximos a bairro nobre, shopping e etc., ou interesses políticos.

Sendo uma área desprovida de infraestrutura ou que tenha infraestrutura deficiente, sua valorização será prejudicada, o que influencia, diretamente, no valor do solo urbano, tendendo a ser baixo.

No caso da falta de infraestrutura sanitária, a desvalorização da área é ainda maior, pois se trata de serviços básicos para se obter o mínimo de qualidade de vida, além de afetar a saúde dos moradores dessa área. Sabemos que quanto menor os índices de acesso ao saneamento básico, maiores são as taxas de mortalidade infantil, uma vez que as crianças antes de completar um ano de nascimento têm certa vulnerabilidade imunológica. Tornando-as susceptíveis às doenças típicas das áreas sem saneamento, como a febre tifóide, a febre paratifoide, a diarreias e a disenterias bacterianas e mesmo a cólera.

Além de um fator de valorização do solo urbano e, conseqüentemente, que mostra a condição econômica da população que habita uma área com essa infraestrutura, o saneamento básico é um dos principais indicadores sociais para se medir a qualidade de vida da população de determinada área, uma vez que está, diretamente, relacionada aos principais problemas da saúde em regiões pobres.

Diante dessas colocações sobre a importância do saneamento básico para se medir o nível de desenvolvimento social da população em geral, percebemos, através da figura 02, que, na cidade de Montes Claros, o acesso a esse serviço é de maneira geral alto, 94,6%, em 2000, segundo o IBGE, sendo que 97% (IBGE/2000) dos domicílios da cidade têm acesso à coleta de lixo que é de responsabilidade da Empresa Municipal de Serviços urbanos – ESURB. O lixo coletado, nessa cidade, é destinado para o aterro controlado que fica localizado a 5 km da área urbana.

O acesso à água tratada, também, é elevado, 96% (2000/IBGE). A distribuição de água é realizada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) que tem sua estação de tratamento de água no Bairro Morrinhos, que fica na parte mais alta da cidade, 699 metros de altitude, a captação é feita no Rio Juramento, através de uma represa que está localizada, aproximadamente 20 km da estação de tratamento Montes Claros.

A carência maior em relação ao saneamento básico, em Montes Claros, é o acesso à rede de esgoto, 91% dos domicílios estão ligados a essa rede, sendo que os que não têm acesso a esse serviço estão, na maioria, na periferia pobre da cidade. Este serviço, também, é de responsabilidade da COPASA, o que nos traz uma indagação, porque 96% dos domicílios têm acesso à água e 91% têm acesso à rede de esgoto? A explicação está no custo, já que a instalação da rede de esgoto é mais cara que a instalação da rede de água.

O menor índice de acesso está na região de planejamento do Independência, na periferia nordeste, com apenas 48% dos domicílios com rede de esgoto, seguido pelas regiões de planejamento do Santo Inácio, na periferias sudeste com 70%, Vila Oliveira, na periferia oeste com 75%, Village do Lago, na periferia norte com 80% e Santos Reis, na periferia noroeste com 92%. Essa situação expõe, assim, uma desigualdade sócio-espacial relativa ao acesso ao saneamento básico, já que a periferia rica apresenta maior índice de acesso a esse serviço que a periferia pobre.

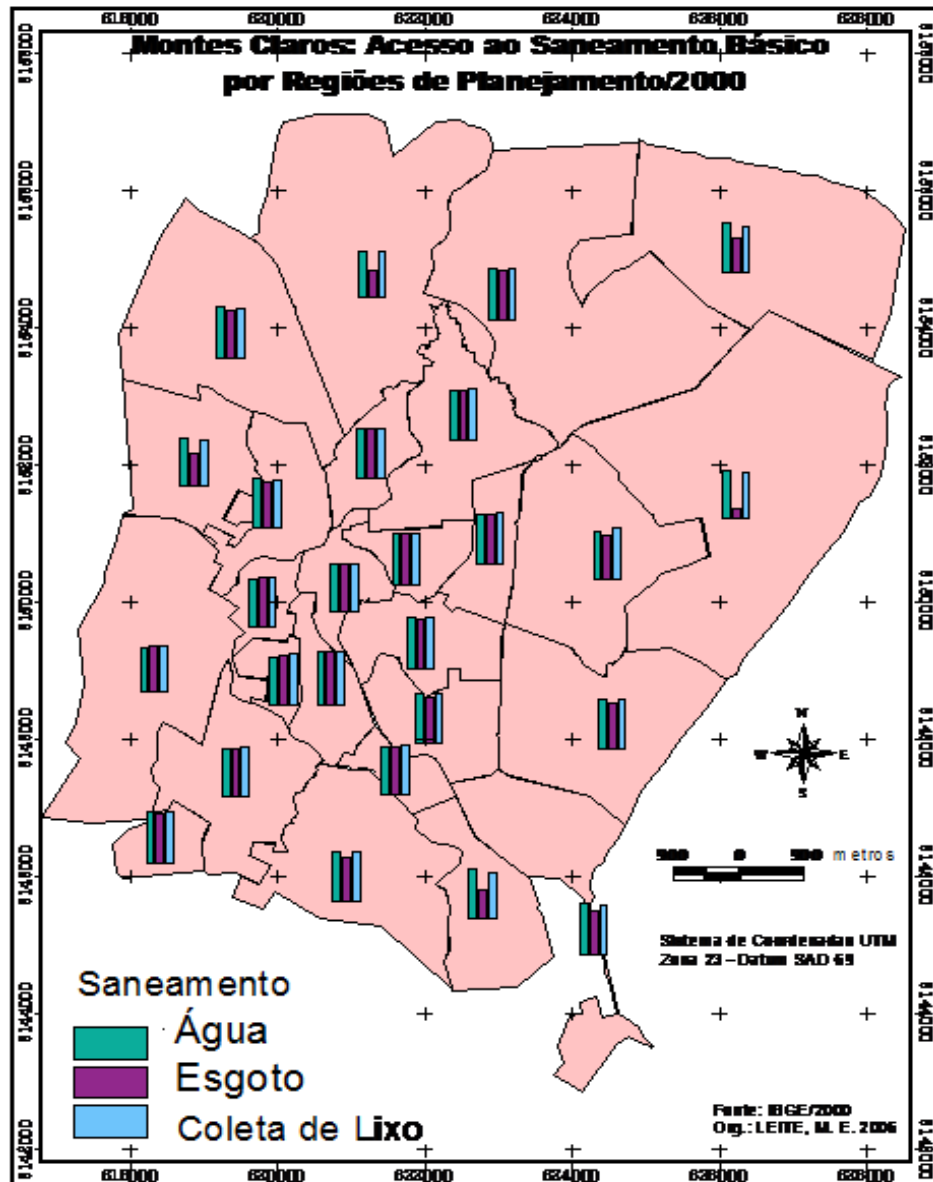


Figura 02 – Distribuição dos serviços de saneamento básico em Montes Claros.

Outro indicador social que expõe a desigualdade socioeconômica, em Montes Claros, de forma espacializada, é o nível de escolaridade da população, pois esse indicador mostra o tempo médio de estudo de uma população. Portanto, podemos fazer algumas leituras dedutivas dessa situação - como a facilidade de acesso ao mercado de trabalho, a renda média, a taxa de natalidade e a expectativa de vida, entre outros indicadores.

A educação constitui-se fator social importante, tendo em vista sua capacidade de promoção e desenvolvimento social, uma vez que permite a transferência de uma pessoa de grupo social para outro. Além disso, traz a perspectiva de melhorar a condição de vida de toda família, tornando assim, um instrumento para redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das populações carentes.

No caso específico da cidade de Montes Claros, podemos ver a concentração da população com maior nível de estudo na região centro-oeste, compreendendo as regiões de planejamento do Melo e Ibituruna e na região

sudoeste, que compreende a região de planejamento do Morada do Parque, conforme a figura 03. Isso é refletido em outros indicadores sociais como o índice de idosos e na distribuição da renda, tendo em vista que, nessas regiões, as pessoas têm uma condição de estabilidade profissional por se tratarem de mão-de-obra qualificada.

A distribuição da renda, na cidade de Montes Claros, é desigual, basta ver a figura 03 para comprovar essa afirmação, já que o mesmo evidencia a concentração da renda na área centro-oeste da cidade, área que compreende as regiões de planejamento do Todos os Santos, Ibituruna e Melo, a região do Centro, do Santo Expedito, da Morada do Parque, do São José e da Vila Guilhermina, também, possuem renda alta comparado com as outras regiões de planejamento.

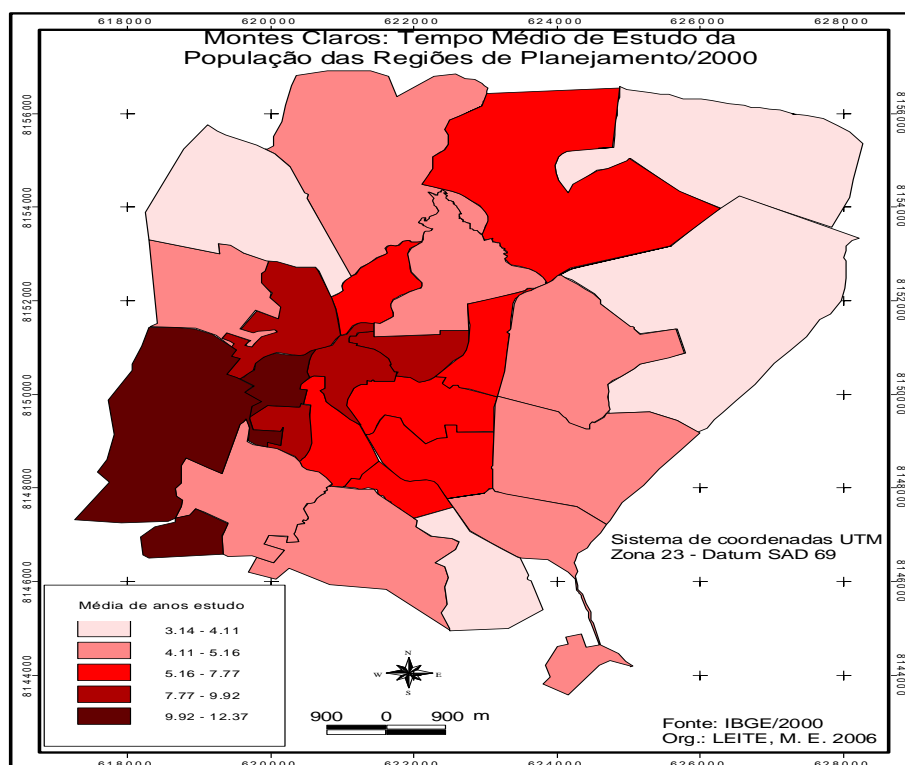


Figura 03 – Anos médios de estudo por regiões de planejamento de Montes Claros.

As regiões que apresentam a maior renda *per capita* são as mesmas que possuem os melhores índices de acesso ao saneamento básico e de estudo, além de representarem as áreas com o menor número de analfabetos. Mostrando assim, que a região centro-oeste da cidade é a área com melhor condição de vida dos moradores, sendo destaque as regiões de planejamento do Melo, Todos os Santos e Ibituruna que apresentam os melhores indicadores sociais, conforme aponta a figura 04.

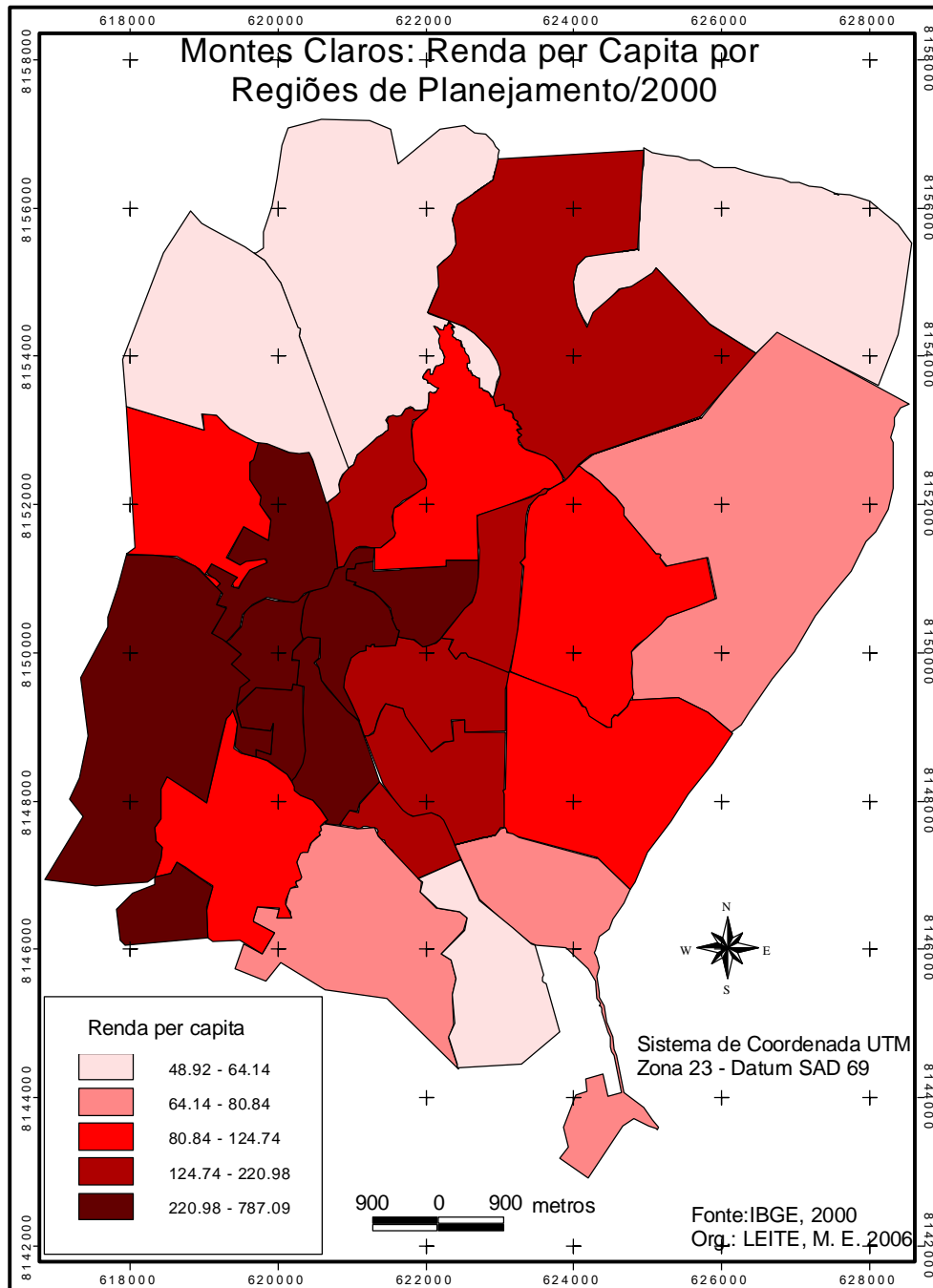


Figura 04 – Renda per capita das regiões de planejamento de Montes Claros

A figura 05 usa a classificação do PNUD/ONU para definir pobres e miseráveis, sendo que para o PNUD considera-se pobre, as pessoas que vivem com uma renda entre 1 e 2 dólares por dia, e miserável, a pessoa que possui uma renda inferior a 1 dólar por dia.

A elaboração desse mapa partiu da transformação da renda *per capita* das regiões de planejamento em real para renda per capita em dólar, para isso foi necessário saber o valor do dólar em 1º de agosto de 2000 – data referência que o IBGE usou para coleta dos dados do censo demográfico de 2000 – e, a partir de então, foi calculada a renda média da região de planejamento em dólar dividindo, em

seguida, pelo número de habitantes, obtendo assim a renda per capita de cada região de planejamento.

Esse trabalho de transformação cambial dos dados disponibilizados pelo IBGE possibilitou classificar, segundo o PNUD, tendo como critério a renda per capita em dólar, as regiões de planejamento como miseráveis e pobres da cidade de Montes Claros, bem como identificar as regiões de planejamento com renda média (de 2 a 6 dólares por dia) e com renda alta (mais de seis dólares por dia).

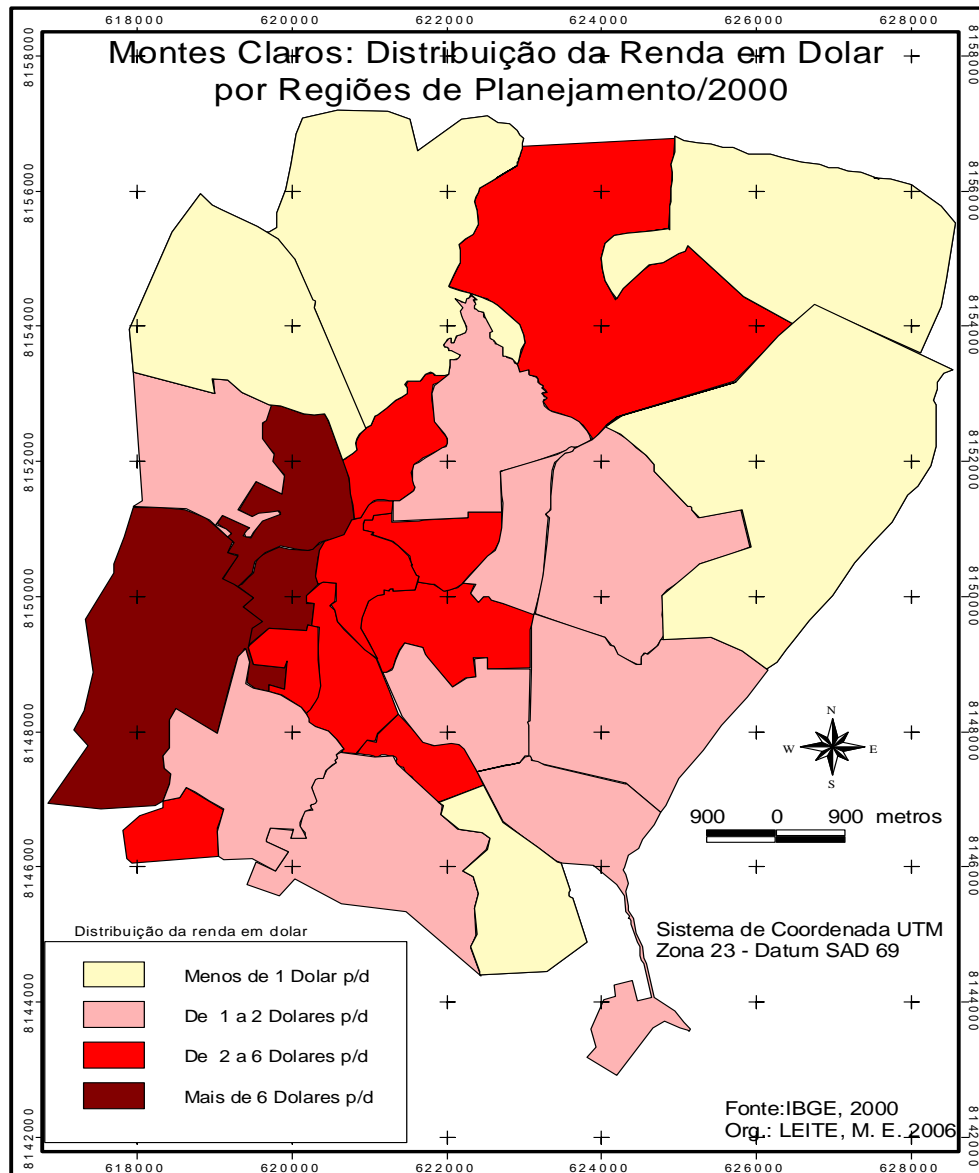


Figura 05– Renda per capita em dólar por regiões de planejamento em Montes Claros

De acordo com a figura 05, a desigualdade socioeconômica existente na área urbana de Montes Claros, é notória, uma vez que denuncia, de maneira precisa, a má distribuição de renda nessa cidade. Podemos perceber, ao analisar esta figura, que as regiões de planejamento classificadas como miseráveis (Santo Inácio, Santos Reis, Independência, Village do Lago e Distrito Industrial), sendo as que apresentam uma renda *per capita* inferior a um dólar por dia, estão localizadas na periferia que tem menos acesso a infraestrutura.

As regiões consideradas pobres (Major Prates, Maracanã, Alto da Boa Vista, Sumaré, Delfino, Carmelo, Lourdes, Renascença e Vila Oliveira), na sua maioria, estão localizadas na periferia, exceto Lourdes, Renascença e Sumaré, que apresentam deficiência na infraestrutura e um índice de escolaridade insatisfatório. Sendo assim, mesmo estando próximo ao centro, essas regiões de planejamento são pobres. Diferentemente, a região de planejamento do Ibituruna está na periferia, porém com acesso à infraestrutura e com bons indicadores sociais, além de possuir alta renda per capita.

A referida análise constata que, em Montes Claros, há dois tipos de periferias: uma pobre carente de infraestrutura, de desenvolvimento humano e renda, sendo essas predominantes na periferia da cidade, e outra, a periferia oeste, que se apresenta bem dotada de infraestrutura e com alto índice de condição de vida.

Todos esses indicadores espacializados têm uma interferência direta no preço do solo urbano, tornando proporcional o valor dele em relação aos indicadores socioeconômicos, logo, quanto melhor os indicadores, mais alto será o valor do solo urbano e vice-versa. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o preço do solo varia conforme a característica socioeconômica da região, bem como, devido sua localização (proximidade ao centro e/ou vias principais de circulação) e devido à infraestrutura disponível (acesso à água, esgoto, coleta de lixo, e etc.).

Sobre esse assunto, Queiroz Ribeiro, *apud* Villaça (2001, p.74) afirma que “cada terreno particular permite uma maior ou menor valorização pelo acesso que a sua localização propicia aos efeitos úteis de aglomeração”. Em outras palavras, a diferenciação, no valor de um imóvel urbano, está relacionada com a vizinhança, com a proximidade do centro, com o tempo de deslocamento, com os atrativos, com a segurança, com o acesso aos serviços de infraestrutura, entre outros.

Nas áreas limítrofes ao centro o preço varia de R\$ 28,94 (Morrinhos) a R\$ 88,79 (Todos os Santos), sendo que a oeste do centro tem-se uma maior valorização do solo urbano, isso por se tratar de uma área habitação da população de maior renda da cidade, como exposto anteriormente. Partindo para as regiões mais periféricas, verifica-se uma redução no preço do solo. Esse fato é explicado pela deficiência na infraestrutura desses bairros. Existem algumas exceções, nesses casos, como a região do Ibituruna, que está na periferia oeste de Montes Claros e do Morada do Parque, localizados na periferia sudoeste da cidade, nos quais o preço do solo é elevado, como exposto na figura 06.

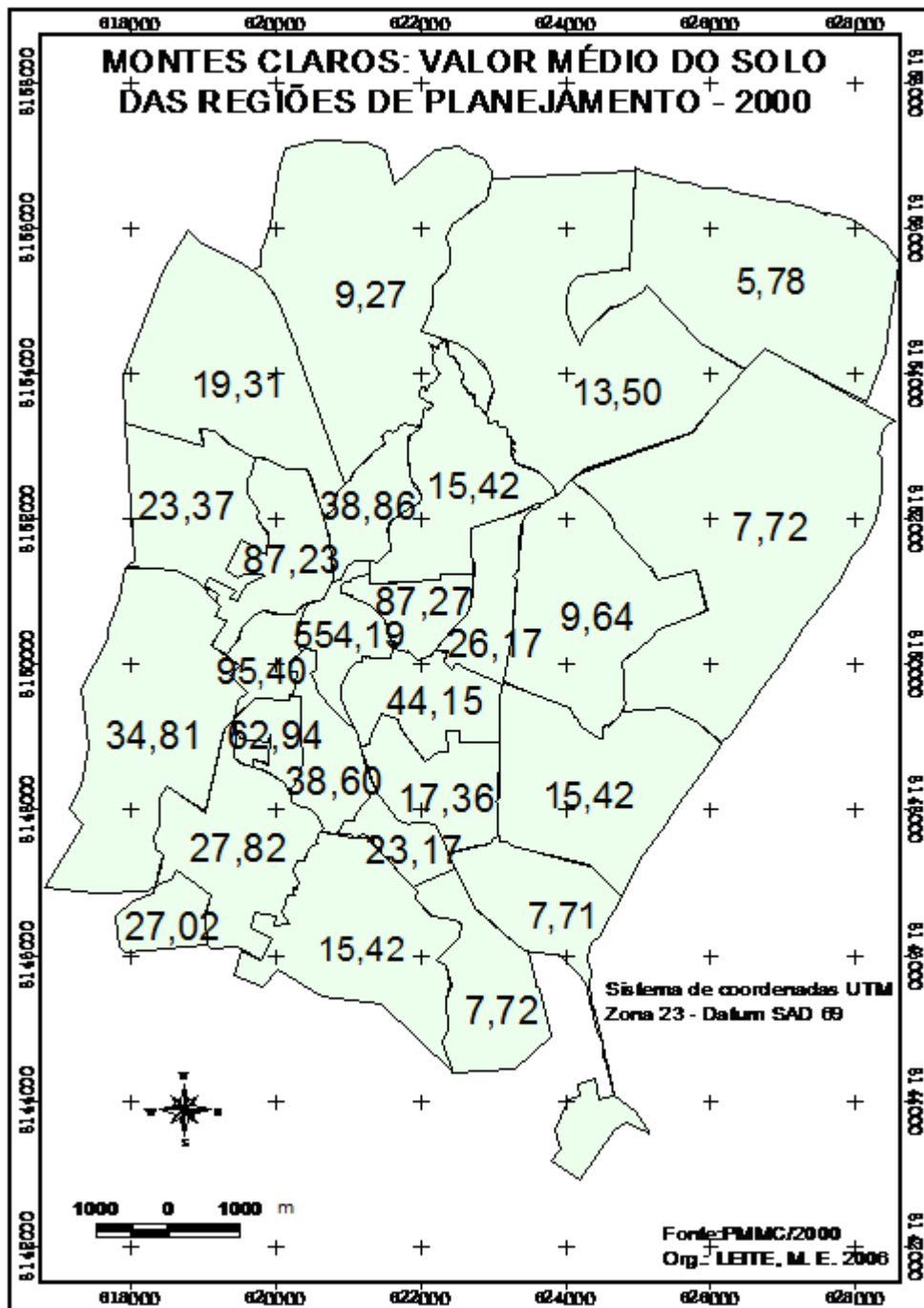


Figura 06– Valor médio do solo urbano das regiões de planejamento de Montes Claros.

Outra relação que pode ser estabelecida para verificar a desigualdade socioespacial urbana de Montes Claros é a distribuição da população, pois a mesma está distribuída de acordo com a condição social dos moradores, gerando assim, desigualdades internas na cidade. A desigualdade, na distribuição da população, pode ser compreendida como um indicador do grande número de pessoas pobres nessa cidade. Essa constatação é possível, se analisarmos a quantidade de habitantes nas regiões mais carentes de infraestrutura dessa cidade, pois a cidade é, em síntese, o reflexo da situação social de seus habitantes, cuja desigualdade se expressa na forma de ocupação do solo urbano. Portanto, as regiões de planejamento com maior número de habitantes são áreas, nas quais o preço do solo

urbano é baixo, devido à deficiência nos serviços de infraestrutura e devido à localização periférica, determinando com isso, sua ocupação por uma população de baixa renda nessas áreas. Dessa mesma forma, as regiões de planejamento menos populosas são as áreas com alto valor do solo, por apresentarem boa infraestrutura e alto padrão de vida, mesmo estando distantes da área central da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste trabalho foi atingido uma vez que, a partir do uso de técnicas geotecnológicas, foi possível espacializar indicadores sociais e apontar as formas de desigualdade sócio-espacial presente no espaço urbano de Montes Claros. Os indicadores socioeconômicos expressos em mapas temáticos, através da utilização do Sistema de Informação Geográfica, subsidiaram a análise crítica das diferenças socioeconômicas no espaço de Montes Claros.

Diante dessa associação feita entre os indicadores socioeconômicos referentes à distribuição de serviços de saneamento, ao nível de escolaridade, à renda média da população e ao valor do solo urbano, mostrou que a desigualdade sócio-espacial, apesar de disseminada por quase toda a cidade, tem na periferia da cidade de Montes Claros a sua área de maior concentração. Portanto, em Montes Claros a desigualdade sócio-espacial se mostra bem fragmentada, tendo a população de melhor condição de vida concentrada nas periferias oeste e sudoeste da cidade, ao passo que a população pobre e miserável está distribuída nas outras periferias dessa mesma cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. e SANTOS, P. D. dos. **Pobreza nas cidades médias brasileiras**. ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. (Org.) Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ASSAD, E. D. e SANO, E. E. **Sistemas de informações geográficas. Aplicação na agricultura**. 2ª ed. Brasília: Embrapa-SPI/ Embrapa-CPAC, 1998.

CÂMARA, G. e MEDEIROS, J. S. de. **Princípio básicos em Geoprocessamento**. In: ASSAD, E. D. e SANO, E. E. Sistema de informações geográficas. Aplicações na agricultura- 2ª ed.- Brasília: Embrapa-SPI/ Embrapa-CPAC, 1998.

CÂMARA, G. et al. **Anatomia de sistemas de informação geográfica. Campinas: instituto de computação**. Unicamp, 1996.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponibilidade e acesso: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000.

IPEA. **Atlas de desenvolvimento Humano**. 2002.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO - 17/dez/1999.

KOGA, D. **Medidas de cidades** – entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade** –3ª ed; tradução: Rubens Eduardo Faria. São Paulo: centaur, 2001.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros/MG**. Uberlândia: UFU, 2006. (Dissertação de Mestrado)

LEITE, M. E e PEREIRA, A. M. **A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização**. In: Pereira, A. M. e ALMEIDA, I. S. de (Org.) Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004. pp. 33-51.

PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. **A desigualdade entre os pobres – favela, favelas**. In HENRIQUES, R. desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: contexto/EDUSP, 1994.

RONCHMANM, M. e AMORIM, R. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, R. e Brito, J.L.S. **Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informação Geográfica**. Uberlândia, Ed. Da Universidade Federal de Uberlândia, 1996.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

Artigo submetido em: 13/09/2012

Aceito para publicação em: 13/09/2012

Publicado em: 21/11/2012